

Povo Livre 36^o

CONGRESSO NACIONAL

Edição Especial 36^o Congresso Nacional do PSD | Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC n^o 105690 | Propriedade: PSD



SOCIAL DEMOCRACIA

Sempre!

O PSD traz ao 36.º Congresso Nacional o ímpeto reformista que tem orientado o Partido ao longo dos anos. Pedro Passos Coelho apresenta aos militantes e ao País a ambição de construir uma sociedade mais aberta, moderna e cosmopolita e uma economia mais competitiva. O futuro passa por aqui.





EDITORIAL

Miguel Santos

Diretor do Povo Livre

ORÇAMENTO DO ESTADO TEM QUATRO PAIS

Portugal é governado por um conjunto desconjuntado de partidos políticos que perderam as eleições. O PS, o BE, o PCP e seu complemento formalizado, o PEV, apresentaram-se a votos, incorporando programas eleitorais bem distintos naquilo que os diferencia, sobretudo o PS dos restantes, e praticando uma narrativa semelhante no que os juntava: um discurso fortemente agressivo relativamente aos partidos do Governo, PSD e CDS. Foi exatamente essa linha de oposição negativa que forçou o entendimento inaudito que viria a permitir a formação de um Governo com apoio parlamentar dos partidos vencidos pelo voto popular. E, assim, o PS trocou a sua tradição identitária pelo acesso ao poder e permitiu que os partidos da extrema-esquerda se aproximassem e condicionassem o Governo de Portugal.

A primeira concretização de maior responsabilidade desta coligação parlamentar negativa é precisamente o Orçamento do Estado para 2016. Um orçamento que os quatro partidos desdenharam, enjeitaram, sempre produzindo críticas e lamentando a insuficiência das decisões que os próprios aprovaram e se impuseram, como se um orçamento não fosse sempre o resultado de escolhas condicionadas face aos recursos disponíveis.

Na verdade, este é um orçamento enjeitado e desdenhado pelos próprios pais, um orçamento não com dois pais, mas com quatro pais: o PS, o BE, o PCP e o PEV. E de lamento e sofrimento declarado, já os partidos da extrema-esquerda foram avisando que o orçamento pode ser filho único, prevendo maiores dificuldades em engendrar um Orçamento do Estado para 2017. Assim se vai desenvolvendo a solução estável e duradoura de António Costa, quando tudo fez para conquistar o poder que lhe havia sido negado pela vontade livre do povo.

Todo este enredo é continuamente alimentado por fatos supervenientes e irrelevantes para as opções maiores que o país precisa. Mas, os enredos que vão sendo produzidos permitem alimentar folhetos jornalísticos. Refiro-me, por exemplo, ao enredo criado e nunca comprovado de o PSD ter desenvolvido os seus esforços nas instâncias europeias, por forma a criar dificuldades ao sancionamento de Bruxelas à proposta de orçamento. Isto é, os mesmos que foram afirmando a incapacidade do anterior Governo de bater o pé à Europa e de sucumbir sem defesa do interesse nacional ao eixo liderado pela Alemanha, são os mesmos que vendem um enredo em que o PSD, agora profusamente poderoso junto dos parceiros europeus, coloca em dificuldade a benévola proposta de orçamento das esquerdas radicais.

Existem mais uma multiplicidade de enredos e outros seguramente vindouros, na melhor tradição dos partidos de extrema esquerda criarem realidades ficcionadas.

Enredos à parte, Portugal vê-se governado por um conjunto de partidos que não garantem estabilidade e credibilidade ao país, que afastam investimento e confiança interna e externa e que estão exclusivamente focados na aplicação de uma agenda estatizante, instrumentalizadora das corporações e da iniciativa da sociedade civil, aplicando repetidamente uma fórmula fracassada e que compromete a viabilidade do país por vários anos. Prova disso mesmo é este primeiro desafio não superado: um orçamento que é um zero à esquerda, um zero das esquerdas. Resta desejar que Portugal não venha, uma vez mais, a pagar um alto preço por mais esta aventura.

COMPROMISSO REFORMISTA

Moção de Pedro Passos Coelho apresenta ao PSD um futuro político para um País mais forte. O Compromisso Reformista do Presidente do Partido é o projeto de confiança, de credibilidade e de estabilidade que Portugal necessita.



“A moção que apresento a todos os militantes é um compromisso reformista, na medida em que a minha convicção é que o país precisa de levar mais longe um conjunto de reformas importantes, que permitam aumentar e intensificar a recuperação económica do País, aumentar o seu potencial de crescimento, para esse efeito precisando de atrair cada vez mais investimento externo, dada a falta de poupança interna que não nos permite crescer mais do que aquilo que está previsto”. Pedro Passos Coelho apresentou assim a sua moção de estratégia, que traz ao 36.º Congresso Nacional do PSD. Mas o seu compromisso não é apenas para com os militantes social-democratas e sim para com todos os portugueses. Porque como líder da Oposição e maior partido português com assento parlamentar, o PSD é a força de governo que o País precisa. O Presidente do PSD é naturalmente candidato a primeiro-ministro. E o seu compromisso reformista é um programa de governo credível, com a missão de tornar Portugal um País mais forte.

Atuar junto dos problemas estruturais que impedem o País de ir mais longe e lançar novas políticas reformistas são, por isso, as bases desta estratégia.

Conheça aqui a moção “Compromisso Reformista”.

MODELO ECONÓMICO

“O nosso crescimento, para ser sustentável, depende de um perfil da economia que, não descurando o consumo interno, dependa essencialmente do aumento das exportações, da substituição competitiva de importações e do investimento seletivo, privado e externo. Logo, a questão que tem de ser respondida é: como exportar mais e como atrair mais investimento?”

“Defendemos a propriedade privada, a livre iniciativa e a concorrência aberta. (...) O que se pretende é que a atividade económica esteja sujeita a um ambiente aberto de concorrência e de disseminação da informação que só a estrutura do mercado pode propiciar.”

“Precisamos de uma estratégia que não confunda crescimento com endividamento externo, com défice orçamental e com políticas económicas dirigidas a campeões nacionais e às empresas do regime.”

“Através da política industrial, temos de levar mais longe a consolidação de verdadeiras regiões de conhecimento e de competitividade à escala global.

Seja prosseguindo a modernização de setores tradicionais, onde já competimos com sucesso – como o turismo, a agricultura, o calçado e o têxtil, seja pela aposta em novas áreas de ponta, como a economia verde, a biotecnologia e as ciências da vida, a robótica e a economia digital, a nanotecnologia e os novos materiais, a economia do mar, o design e as indústrias criativas.”

ESTADO SOCIAL

“É fundamental continuar a assegurar a universalidade dos sistemas de saúde, de educação e de segurança social, tal como o fizemos nos últimos quatro anos num quadro orçamental muito restritivo. O Estado tem de cumprir o dever indeclinável de garantir o fornecimento de serviços públicos de excelência, num quadro de progressiva liberdade de opção pelos cidadãos e de sã complementaridade entre os vários prestadores desses serviços, assegurando-se que nenhum cidadão deixe de aceder a serviços de qualidade por razões económicas.”

COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

“Agora é fundamental lançar uma nova geração de políticas públicas que reforce a atratividade e da competitividade dos territórios de baixa densidade; promova a igualdade de oportunidades no acesso a serviços públicos, garantindo os princípios da equidade social e territorial e, simultaneamente, a racionalidade e sustentabilidade das redes públicas de provisão de bens e serviços; e que impulse o associativismo, a cooperação e a governança territorial.”

“O PSD continuará a bater-se por uma agenda que remova os obstáculos à natalidade, que favoreça a harmonização entre a vida familiar e profissional e que permita uma participação efetiva dos pais no acompanhamento do percurso escolar dos filhos.”

“A sustentabilidade dos sistemas públicos de pensões tem de ser encarada. (...) O PSD, no governo, desafiou, sem sucesso, o PS para esse debate sobre a sustentabilidade da segurança social. Agora, na oposição, redobramos o alerta para a imprudência do governo em insistir em varrer este problema para baixo do tapete.”

PESSOAS E CONHECIMENTO

“A aposta na qualificação das pessoas e no conhecimento científico como elemento decisivo da igualdade de oportunidades e da mobilidade social, mas também da competitividade.”

“Temos de reforçar o investimento privado em I&D e incorporar, nessas atividades, as preocupações da sociedade e do tecido empresarial.”

ATRAIR INVESTIMENTO

“É preciso também impulsionar nesta nova fase uma estratégia ambiciosa de reforma do Estado, de molde a diminuir significativamente os entraves burocráticos e administrativos ainda existentes.”



CRESCIMENTO VERDE

“Os objetivos do crescimento verde são totalmente convergentes com os grandes desafios colocados à sociedade portuguesa e podem mesmo contribuir decisivamente para a sua obtenção: crescimento, emprego, redução da dependência do exterior, fiscalidade mais inteligente e qualidade de vida.”

“Neste contexto, Portugal está numa posição privilegiada e tem de apostar nas suas vantagens competitivas, ambicionando posicionar-se como líder mundial desta nova tendência global.”

EUROPA

“É igualmente importante continuar a afirmar a liderança de Portugal na construção da União da Energia, dando sequência aos esforços nacionais que permitiram a aprovação, em 2014, da prioridade às interligações de eletricidade e de gás entre Portugal, Espanha e França, pondo fim ao isolamento da Península Ibérica.”

CIDADANIA

“Temos de criar condições para que os cidadãos tenham não apenas mais acesso à informação mas também maior participação na definição de políticas e na gestão pública, através de mecanismos inovadores.”

REGIONAIS NOS AÇORES

“Trata-se, também, de uma oportunidade para o PSD nacional reafirmar a sua confiança e o seu empenhamento em todo o processo de aprofundamento da autonomia regional, ao qual está ligado histórica e emocionalmente, orgulhando-se dos resultados que, quer ao nível dos Açores, quer ao nível da Madeira, os nossos companheiros dos dois PSD regionais têm realizado em prol das populações dos dois arquipélagos.”

AUTÁRQUICAS

“O PSD tem a aspiração de voltar a ser, em 2017, o maior partido no mundo das autarquias, conquistando o maior número de presidências de Câmara e voltando a desempenhar, simbolicamente, a presidência da ANMP.”

“ANTES A CONSTITUIÇÃO QUE A REVOLUÇÃO”

Em 2 de abril de 1976, era promulgada a Constituição da República Portuguesa. O momento fundador da democracia fica, porém, associado a um longo e intenso trabalho. No 40º aniversário da Lei Fundamental, recorda-se o clima de disputa e aceso debate político, testemunhado pelos 81 deputados do PPD à Assembleia Constituinte.

A história da luta do PPD por uma Constituição forte e moderna começa antes mesmo da sua fundação, antes do 25 de abril. Os deputados da Ala Liberal que viriam a fundar o Partido Popular Democrático, em 6 de maio de 1974, exigiam do Antigo Regime alguma abertura. É nesse espírito que Francisco Sá Carneiro se dirige à Assembleia Nacional, em 16 de junho de 1971, falando sobre a necessidade de uma revisão constitucional para colmatar a deterioração dos direitos e liberdades dos portugueses, privados da livre expressão da soberania popular.

Um ano depois da Revolução, é eleita a Assembleia Constituinte. Foram eleitos 250 deputados: 116 do Partido Socialista; 81 do Partido Popular Democrático; 30 do Partido Comunista Português; 16 do Partido do Centro Democrático Social (CDS); 5 do Movimento Democrático Português (MDP/CDE); 1 da União Democrática Popular (UDP); e 1 da Associação de Defesa dos Interesses de Macau (ADIM).

O PPD trabalhou para ver inscritos na Constituição os valores do 25 de abril: as várias liberdades, a igualdade, a justiça, o progresso social, o reconhecimento dos Direitos Humanos, a soberania popular. Os deputados social-democratas da Constituinte quiseram ir mais longe na construção de um documento humanista e personalista. As democracias europeias serviam de modelo.

Assim, inscreveram no seu projeto de Constituição a erradicação das proibições e violações de direitos que a Ditadura praticava; determinaram a existência de uma educação gratuita e igualdade de oportunidades no acesso à mesma, para todos os portugueses. Os órgãos de comunicação teriam o Conselho de Comunicação Social e um estatuto especial a garantir a sua independência e liberdade. Nas matérias da economia, os governos deveriam reger-se por um plano económico e social com vigência plurianual, coordenado com outras políticas, como as sociais, da educação e culturais.

Longe de ser o documento idealizado pelo PPD, a Constituição de 1976 apresentava algumas limitações – sobretudo em matéria económica – que Marcelo Rebelo de Sousa aponta, à luz dos dias de hoje. As intervenções inflamadas da Constituinte inscreveram na memória do atual Presidente da República (deputado constituinte) uma certeza incontestável, que recordou no XXXV Congresso Nacional do PSD, em Lisboa: “Antes a Constituição que a Revolução”.

A Constituição de 1976 revela-se, desde logo, um documento dinâmico, que carece de atualização. O PSD acaba por promover e liderar muitos desses processos de mudança. Foi assim em 1978, quando o Conselho Nacional aprovou o projeto de revisão constitucional de Francisco Sá Carneiro, que ganharia nos anos seguintes um cunho muito pessoal do líder do PPD. Mais tarde, já como uma das bandeiras da AD, a revisão da Constituição pretendeu alcançar uma diminuição dos poderes do Presidente da República, a extinção do Conselho da Revolução e a eliminação dos princípios coletivistas e estatizantes.

O Partido Social Democrata, como partido progressista e reformador, capaz de olhar além do presente imediato, esteve sempre na fila da frente das propostas de melhoria à Constituição. Porque as suas alterações tiveram e terão sempre o único propósito de servir melhor os interesses dos portugueses.

“ESTAMOS PERANTE UMA CONSTITUIÇÃO DEMOCRATICAMENTE ELABORADA”

Barbosa de Melo liderou os deputados social-democratas que ajudaram a construir a Constituição de 1976. Na última sessão da Assembleia Constituinte, o líder do grupo parlamentar do então PPD fez uma declaração de voto sobre a posição do Partido, que agora se recorda.

Apesar de não refletir inteiramente as expectativas do PPD, a Constituição não podia ter outro voto que não a aprovação dos social-democratas. É, afinal, o resultado democrático do voto popular. “Em 25 de Abril de 1975 o Povo inteiro, à medida das suas luzes e através dos resultados eleitorais, disse até onde queria garantir a cada partido ou formação ideológica a sua influência na elaboração da nova Constituição da República”, constatava Barbosa de Melo. “Quem formou a roda foi o Povo e aí é que os partidos tinham de dançar”, acrescentou, recordando que os trabalhos da Constituinte nem sempre foram “fáceis”.

“Estamos, pois, perante uma Constituição democraticamente elaborada. A menos que o seu conteúdo nos fosse intolerável, teríamos de a aplaudir e votar.” O grupo parlamentar, na voz do seu líder, concluiu pelo voto favorável, apesar das lacunas do Texto Fundamental – “quando ao mecanismo do poder, à definição dos objetivos do Estado, à própria linguagem”.

“Dizer sim à Constituição não significa que, se fôs-

semos nós a elaborá-la sozinhos, a faríamos com esta aparência”, disse Barbosa de Melo.

A identidade social-democrata estava incluída no texto que os deputados aprovaram, como atestou Barbosa de Melo. “(...) Acresce que a Constituição, desatado um ou outro ponto, em um ou outro aspecto, também é obra nossa, incorporando as raízes características do pensamento político que norteiam o Partido Popular Democrático. Não fugimos aos trabalhos de comissão e às discussões do Plenário, combatendo sempre, muitas vezes, com êxito pelos ideais socialistas do nosso programa social-democrata de raiz humanista e personalista.”

Perante a Assembleia Constituinte, o deputado do PPD fez questão de destacar algumas dessas marcas:

“A expressão do humanismo inspirador do nosso programa na própria concepção da sociedade e do Estado que na Constituição se adopta. A dignidade da pessoa humana surge logo no art.º 1.º como um dos

fundamentos da República, enquanto no art.º 2.º se afirma que o respeito e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais representam a base do próprio Estado. A pessoa humana, na sua dimensão individual e comunitária entra como o ingrediente fundamental em toda a traça desta Constituição.”

“A tarefa do Estado de promover uma justiça social cada vez maior, obtida mediante profundas reformas económicas, sociais e culturais tendentes a pôr a organização social ao serviço da liberdade e da promoção humana — é uma ideia que se exprime um pouco por toda a parte na Constituição, desde o capítulo dos princípios fundamentais até à parte da organização económica”.

O constituinte Barbosa de Melo remata a declaração de voto do grupo do PPD, celebrando a conquista democrática que a promulgação da Constituição representa. “Votámos em globo a Constituição porque, se o povo, os partidos políticos, as Forças Armadas, o quiserem, ela não será, em nosso juízo inviável; votámos a Constituição porque ela foi o produto honrado do jogo democrático; votámos a Constituição porque, no essencial, ela também recolhe o fundamental do nosso programa. Mas votámos a Constituição sem qualquer crença fixista sobre a história; votámo-la com a consciência clara de que este povo, de mais de oito séculos, vai prosseguir, sereno e firme, a sua longa aventura de liberdade.”

PSD, O PARTIDO DO PODER LOCAL

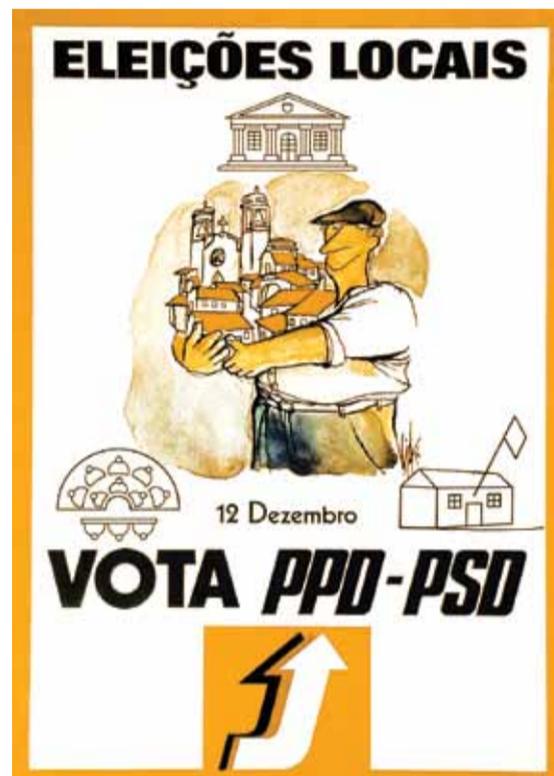
Fundado em 6 de maio de 1974, o então Partido Popular Democrata torna-se a segunda força política do poder local nas primeiras eleições autárquicas. Com menos de dois anos, o PPD recolhe 25,71% dos votos quando os portugueses votam livremente, pela primeira vez, para escolherem os seus representantes locais. O dia 12 de dezembro de 1976 fica assim na história de Portugal.

O PSD esteve naquele momento como tem estado nos marcos históricos da vida democrática do País. Há 40 anos, nos tempos quentes do pós-revolução, o Partido de Sá Carneiro enfrentava os boicotes do PCP nas suas sessões de esclarecimento aos portugueses. Ainda assim, foi formando laços fortes com o poder local e, em 1977, estreita a sua ligação às comunidades locais com a realização das Primeiras Jornadas Municipais Sociais-Democratas. A implantação do Partido é consolidada com a presença constante nas regionais autónomas, fruto de vitórias expressivas nas eleições regionais destas quatro décadas. A chegada do PPD aos Açores e à Madeira, nos seus primeiros tempos, criou raízes.

Ao longo de 40 anos, o PSD trabalhou nesta relação de proximidade e procurou melhorar a distribuição de competências pelas instituições locais. Ficou conhecido por ser o partido do poder local, posto reforçado sobretudo desde as autárquicas de 1979, que a AD de Sá Carneiro e Freitas do Amaral venceu com perto de 49% dos votos.

Três anos depois, a Aliança Democrática repete a vitória, obtendo mais de 42% dos votos, contra cerca de 31% do PS. Nas eleições para o poder local que se seguem, os social-democratas – já sem a coligação – conseguem uma vitória expressiva. A 15 de dezembro de 1985, o PSD obtém 35,11% dos votos, à frente dos 28,34% do PS. Conquista 819 mandatos autárquicos para os executivos municipais, 2509 para as assembleias municipais e 12920 para as assembleias de freguesia.

No final dos anos 80, já com Cavaco Silva como primeiro-ministro, as eleições autárquicas decorrem em ambiente de crescimento económico e modernização do País. O PSD fica aquém dos seus objetivos mas conquista 114 câmaras municipais e preserva a sua vocação autárquica. Quatro anos depois, em 1993, o PSD recolhe



806 mandatos autárquicos, embora o PS seja o partido mais votado.

Em 2001, o PSD volta a recolher a maioria dos mandatos, com 159 câmaras. Os social-democratas retomam o título de maior partido do poder local. Um título que não é atribuído em vão, mas expressa o compromisso do



projeto social-democrata para com as comunidades locais. O PSD acredita numa democracia verdadeiramente representativa, respeitadora das identidades regionais, descentralizada, ágil e próxima dos seus representantes.

A dedicação do Partido tem sido prosseguida com iniciativas como a Universidade do Poder Local (criada em 2007 pela JSD e o PPE) e a Academia do Poder Local, dos Autarcas Social Democratas. A própria constituição dos ASD (em 1988), autarcas do PSD associados numa estrutura autónoma, revela a vocação local do Partido.

Uma vocação que, a nível nacional, se traduz na defesa consistente da descentralização de competências; na defesa de um Estado mais leve; na defesa de uma capacidade de resposta eficiente e rápida, beneficiando da proximidade às pessoas, às suas ambições e necessidades.



OPINIÃO

Carlos Carreiras

Presidente da Câmara Municipal de Cascais | Presidente da Mesa do Congresso da ANMP

VAMOS FALAR DE AUTÁRQUICAS

“As autárquicas, na minha opinião, são mais importantes que as presidenciais. O que eu peço é que [o PSD] não deixe de pensar nas eleições autárquicas e que se comece já a definir os candidatos e não se deixe tudo para a última hora.” Assim falava o Professor Marcelo Rebelo de Sousa em maio de 2015. O pensamento do agora Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, continua tão atual como sempre. Isto acontece independentemente da perceção que, cada vez mais, um número maior de portugueses vai tendo sobre falência do logro socialista e da esquerda radical, e da conseqüente chamada às urnas para eleições legislativas. Reconhecer o óbvio não pode, em circunstância alguma, reduzir a intervenção política do PSD. As legislativas antecipadas serão não se sabe quando. Já as regionais dos Açores e as autárquicas são

uma certeza. É para esses combates que o PSD tem de se preparar sabendo que daí resultará a abertura de um novo ciclo político.

Os Açores são para ganhar e não faltam no PSD quadros de grande qualidade para pôr fim à maligna maioria socialista no arquipélago. Quanto às autárquicas, direi que um bom resultado para o PSD se alicerçará, genericamente, no cumprimento de três condições essenciais.

PRIMEIRA CONDIÇÃO: a renovação de nomes. Com 150 câmaras nas mãos do PS, e com o desgaste acumulado por um governo incapaz de virar a página da austeridade, o PSD tem todas as condições para: (1) alargar maiorias onde é poder; (2) reconquistá-lo onde é oposição. Acredito que hoje o PSD tem uma nova geração de quadros muito qualificada, tanto política como profissionalmente. É deles, e da sua coragem de avançar, sobretudo nos terrenos mais complexos, que dependerá o resultado em 2017. O ciclo das autárquicas não se compadecerá com cálculos ou tacticismos políticos. Todos os quadros do partido têm o dever de contribuir para a reconquista municipal.

SEGUNDA CONDIÇÃO: a estratégia. “Credível, estável e duradoura”: foi desta maneira que nos impingiram a atual solução de governo. Mas se a coligação socialista-bloquista-comunista é assim tão “credível, estável e duradoura”, seria um passo natural que ela alastrasse às autarquias. Tal como no Porto, onde já se demitiu de ir a jogo, será que no Alentejo o PS se coligará com os candidatos comunistas? E em Lisboa, será que o PCP apoia o PS como já o fez no passado?

Já o PSD não se demitirá de ir a jogo como grande partido nacional de base popular e autárquica que sempre foi. Caberá aos candidatos apresentar propostas políticas inovadoras e princípios de gestão rigorosos. A confiança do eleitorado vem depois disto.

TERCEIRA CONDIÇÃO: uma mensagem social-democrata. Comemoramos em 2016, quarenta anos de poder local livre e democrático. As autarquias são uma das grandes realizações do 25 de abril. Os autarcas, apesar do preconceito que persistem em lhes tentar colar, são os responsáveis por esse sucesso de aproximação das cidades a um padrão de qualidade de vida europeu. Hoje as eleições não se ganham com grandes obras. Vencem-se com pequenas obras que façam a grande diferença na vida das pessoas. O poder local entrou numa nova fase: o seu terceiro ciclo de desenvolvimento, se admitirmos que o primeiro foi o da infraestruturação do território, e o segundo o de equipamento do território. O terceiro ciclo não é de hardware: é de software. É o ciclo de aposta nas pessoas, na subsidiariedade e na economia sustentável. É este ciclo que os autarcas de um partido reformista e social-democrata moderno devem verter nos seus programas.

Porque ao contrário de outros este não é um Partido que se governe com resultados ‘poucochinhos’, partamos para o terreno à conquista de cada voto, cada freguesia e cada câmara. Para que em 2017, de norte a sul, do litoral ao interior, o país esteja pintado com o laranja da esperança.





SOCIAL DEMOCRACIA

Sempre!



30 ANOS DE PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA



30 ANOS DE PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA

A história da integração de Portugal na comunidade europeia nasce muito antes da queda da Ditadura e tem nos seus protagonistas alguns dos que viriam a ser fundadores e militantes do PSD.

Portugal tinha de se aproximar da Europa e implementar um modelo democrático de inspiração ocidental. Era esta a reivindicação dos deputados da Ala Liberal que, desde 1969, tentam conseguir do Regime alguma abertura e ocidentalização. Quando o 25 de Abril traz consigo a fundação do Partido Popular Democrático, os fundadores tratam de inscrever este princípio nas suas linhas programáticas, defendendo claramente a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE).

A entrada na CEE permitiria introduzir no País pro-

fundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais. O PSD acompanhou desde a primeira hora a integração de Portugal na comunidade europeia. Primeiro, quando demonstrou defender os interesses dos portugueses acima das lutas partidárias, ao apoiar o pedido de adesão feito pelo então primeiro-ministro Mário Soares. Os anos que se seguiram foram de intensos trabalhos, que os governos da AD prosseguiram.

Em 12 de Junho de 1985, a comitiva que formaliza a adesão, no Mosteiro dos Jerónimos, tem na dianteira

os então vice-primeiros-ministros social-democratas Carlos da Mota Pinto e Rui Machete. O governo do Bloco Central assina a entrada de Portugal na comunidade europeia, que é efectuada no início do ano seguinte. O social-democrata António Cardoso e Cunha é o primeiro comissário europeu de Portugal.

Já em 1992, Cavaco Silva é primeiro-ministro quando Portugal tem a sua primeira presidência europeia, liderada pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro (mais tarde, comissário europeu), e pelo secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Vítor Martins. O alargamento de 2004, que fez crescer a família europeia, contou com a colaboração de Durão Barroso, chefe do governo, na sua preparação. E no mesmo ano, é Pedro Santana Lopes, primeiro-ministro, que assina por Portugal o Tratado Constitucional, em Roma. Esta seria a base do futuro Tratado de Lisboa, que redefiniu a União Europeia e a cooperação entre os Estados-membro.

Os dez anos que se seguem, com Durão Barroso a liderar a Comissão Europeia, assistem ao crescimento e consolidação do projeto europeu. São criados novos instrumentos de flexibilização das regras de decisão e mecanismos de solidariedade e resposta à crise económica e aos desafios do presente.

A resposta à crise dos últimos anos é conduzida por um governo liderado pelo PSD, com Pedro Passos Coelho como figura de proa. Intervencionado, Portugal não deixa de fazer valer a sua voz e participa ativamente na construção de instrumentos de consolidação da arquitetura da Zona Euro, na criação da união bancária e na proteção dos contribuintes face a dificuldades do sistema financeiro.

Chefiado por Pedro Passos Coelho, o governo da coligação concretizou ainda o programa de distribuição de fundos comunitários de 2014 a 2020, lançando as bases para o futuro próximo do desenvolvimento do País; indicou Carlos Moedas, atual comissário europeu com a pasta da Investigação, Ciência e Inovação; e negociou a afirmação do mercado ibérico de energia em toda a Europa.

Três décadas de presença portuguesa na União Europeia mudaram Portugal e mudaram a comunidade. O PSD participou ativamente nessa mudança e continua a dar um contributo significativo para responder aos desafios que o “velho continente” hoje enfrenta. A Europa reconhece este papel e distinguiu mesmo dois deputados social-democratas nos MEP Awards 2016 – Cláudia Monteiro de Aguiar, na área do turismo, e José Manuel Fernandes, na Economia.



OPINIÃO

Paulo Rangel

Deputado do PSD
ao Parlamento Europeu

PSD: O PARTIDO PRÓ-EUROPEU

1. Nos últimos anos, seja pela crise financeira e económica, seja pelo enorme e imparável fluxo de refugiados, seja por posições de Estados como o Reino Unido, a descrença e a desconfiança no valor e na capacidade da União Europeia aumentaram enormemente. Os movimentos políticos extremistas – de direita e de esquerda – alastram por todos os países e apregoam um discurso “nacionalista” e “protecionista”, que explora os medos das opiniões públicas. Mesmo forças e vozes não radicais fazem a apologia de um retorno ao “soberanismo”, às fronteiras nacionais, à geopolítica anterior à criação do espaço económico e político europeu.

2. No entanto, ao invés do que muitos tentarão agora fazer passar, os terríveis atentados terroristas ocorridos em Bruxelas constituem a melhor prova da importância e da necessidade da Europa. O mesmo se diga, já agora e contra toda a retórica dominante, do fenómeno de deslocação dos refugiados – que, ao contrário do que

tantos pensam, não é um movimento circunstancial ou conjuntural. É uma tendência demográfica que veio para ficar e para a qual vai ser preciso ter uma resposta duradoura e consistente. E indo um pouco mais longe, também as dificuldades económicas e financeiras que, por erros próprios e por força de variáveis exógenas, ainda perduram vão decerto exigir uma cada vez mais apertada coordenação.

Alguém pensa que é possível dar uma resposta ao terrorismo fechando as portas de entrada e pondo os serviços de inteligência e as polícias nacionais a trabalhar isoladamente? Alguém supõe que é possível blindar todas as fronteiras terrestres com arame farpado e com muros de altura variável? Alguém cogita que é possível enclausurar a longuíssima fronteira marítima que vai dos confins do Mediterrâneo até ao estreito de Gibraltar, que perpassa para a nossa costa atlântica e sobe até ao pólo Norte?

3. Estas perguntas e as inquietações que elas traduzem mostram que, hoje mais do que nunca, é necessário reforçar a “europeização” da política. A crise económica, vinda de 2008, mas acentuada na Europa de 2010 em diante, e a crise do espaço Schengen, posta em evidência

pelo fenómeno dos refugiados e das migrações e pelo fenómeno do terrorismo “jihadista”, incrementaram a abordagem “intergovernamental”. Os problemas europeus, em vez de serem tratados pelo tradicional método comunitário, voltaram a ser negociados “governo” a “governo” em cimeiras que exigem a unanimidade dos votos e em que a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu foram desvalorizados.

4. Portugal comemora em 2016 os trinta anos de adesão às Comunidades Europeias – hoje União Europeia. Mesmo por cá, onde sempre houve um grande consenso sobre as vantagens da nossa integração europeia, multiplicam-se agora as vozes que reclamam um regresso às velhas soberanias. Creio que o PSD – com a legitimidade de quem governou o país no mais difícil período da nossa inserção na Europa – tem de ser uma voz contra a corrente populista anti-europeia que por aí grassa. As esquerdas radicais que suportam o atual governo, de modo mais assumido ou mais camuflado, todos os dias combatem a Europa. O próprio PS, delas dependente, dá sinais de fraquejar e o CDS, em busca de novos rumos, pode ter a tentação de carregar no discurso “soberanista”. É a nós que nos cabe a responsabilidade e a coragem de dizer: o tempo é de mais e de melhor Europa!

“JAMAIS HAVERÁ ANO NOVO SE CONTINUAR A COPIAR OS ERROS DOS ANOS VELHOS”*

*Luís Vaz de Camões



A ideia de uma comunidade de países de expressão lusófona nasce em 1983, mas só mais tarde viria a ganhar forma. Em 1989, os chefes de Estado de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé Príncipe convergem na criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), numa reunião que decorre no Brasil. Estava dado um passo determinante para a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nações ligadas por laços de amizade mútua.

Os anos seguintes são de preparação e sucedem-se reuniões entre os representantes dos países que vão fundar a CPLP. Em 17 de julho de 1996, Portugal acolhe a cimeira inaugural da comunidade que se une em torno de um património comum: a língua de Camões. Intrinsecamente europeísta, atlantista e lusófono, o PSD

reconheceu, desde logo, os seus valores refletidos no projeto e criação de uma comunidade de povos falantes de Língua Portuguesa.

O propósito da CPLP, à data da criação, foi o de permitir uma cooperação mais forte na defesa dos valores e interesses de todos os membros. A promoção do desenvolvimento dos Estados da CPLP e o encontro de oportunidades de crescimento estiveram também presentes como objetivos da instituição, que privilegiou, desde o seu momento fundador, a preservação do património cultural e a partilha do conhecimento como forma de desenvolvimento dos países de língua portuguesa.

Com dois anos de existência, a CPLP participa na criação do canal RTP África, dirigido aos países africanos de expressão lusófona. O canal é produzido em par-

ceira com os serviços públicos de televisão de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e é complementado pela NET RTP, agilizando a troca recíproca de conteúdos entre Lisboa e as capitais daquelas nações e com transmissão durante todo o dia.

Juntando hoje nove nações, unidas pela lusofonia e laços de amizade, a CPLP recebeu o seu mais recente membro em 2014. Na X Cimeira, em Dili, Pedro Passos Coelho e Aníbal Cavaco Silva representaram Portugal no momento em que a Guiné Equatorial se juntou à comunidade de países de expressão lusófona, depois de ter formalizado o pedido de integração em 2010.

Paz, segurança, justiça e progresso são algumas das palavras que marcam o trajecto da CPLP, agora que passam 20 anos da sua fundação.



OPINIÃO

Luís Marques Mendes

Ex-presidente do PSD

LUSOFONIA

Em 1987, então Secretário de Estado, criei a Agência Lusa, fundindo numa só entidade as duas agências anteriormente existentes, ambas financeiramente penuradas no Estado.

Em 1992, já Ministro, criei a RTP Internacional, a qual passou a ser, à época, a décima televisão do mundo inteiro com cobertura universal.

O que têm em comum estas duas decisões? Quatro questões particularmente importantes.

Primeiro – O universalismo português. Portugal não é um território. É uma nação. Uma nação que se estende pelo mundo fora. É esta a nossa história e é este o nosso passado. Mas é também esta a nossa vocação e o nosso futuro. Por isso, quer a Lusa quer a RTPi foram criadas para serem duas entidades viradas para afirmarem a sua ação num contexto global e planetário.

Segundo – O ideal lusófono. Não chega afirmar que “a minha pátria é a língua portuguesa”. É preciso concretizar esse ideal, de forma harmoniosa e assertiva. É o que, quer a Lusa, quer sobretudo a RTPi, intentam fazer. Difundir a língua portuguesa, aproximar os povos e as nações que falam o português, seja em África, seja noutro continente. A lusofonia não é uma ficção. É uma realidade com enorme potencial de futuro.

Terceiro – A globalização cultural. Quando a Lusa e a RTPi foram criadas ainda não existia, ou era ainda muito incipiente, o conceito de globalização. Fomos, então, pioneiros. Não tanto na globalização económica mas antes na globalização cultural. Antecipámos o futuro e mostrámos que vale a pena ousar e arriscar.

Quarto – As comunidades portuguesas no exterior. Em cada parte do mundo onde há um português sente-se e vive-se Portugal. E a verdade é que temos portugueses

um pouco por todo o mundo. Portugueses que honram Portugal e prestigiam a nossa imagem. Portugueses que são, pelo seu exemplo e trabalho, os maiores embaixadores da alma lusitana.

Pois bem, esses portugueses mereciam ter notícias de Portugal, informação portuguesa, cultura lusíada, entretenimento com raiz lusa. Foram também estas as razões que justificaram a criação da LUSA e da RTPi.

Assim se vê como decisões aparentemente banais, e que quase passaram despercebidas, têm um alcance estratégico óbvio. É assim que se faz Portugal. É assim que se cumpre o nosso ideal lusófono.

Foi assim no passado, mais recente ou mais distante. Espera-se que continue a ser assim no futuro, seja o futuro mais próximo ou mais longínquo.

PASSOS COELHO LIDERA QUARTO CONGRESSO COMO PRESIDENTE DO PSD

“Compromisso Reformista” é o lema da moção de estratégia global que Pedro Passos Coelho apresenta ao 36º Congresso Nacional do Partido Social Democrata, o quarto como Presidente do Partido.

O Presidente do PSD traz consigo o ímpeto reformista que tem orientado a sua liderança e a do próprio Partido ao longo dos anos. Pedro Passos Coelho apresenta-se ao Congresso e ao País com a ambição de construir uma sociedade mais aberta, moderna e cosmopolita. Recusa as ideias de fatalismos ou facilitismos e compromete-se com uma nova vaga de reformas estruturais em Portugal. Mostrando que “não estamos condenados a fazer as reformas de modo contrariado, quando já é tarde demais e sob controlo daqueles que nos socorrem em tempos de aflição.” Pedro Passos Coelho afirma que “uma tal vaga de reforma estrutural, que rompa com o conformismo da gestão do quotidiano e que alargue as nossas possibilidades de prosperidade futura só pode ser alcançada com a liderança reformista e com o gradualismo encarnados pelo PSD.”

E, neste novo mandato, o líder do PSD eleva a fasquia para o Partido: para tornar Portugal num dos países mais competitivos, o PSD terá que liderar o País em duas novas legislaturas.



DE 2007 A 2010

Queremos governar o País. “Mas para fazer o quê?”. Pedro Passos Coelho dirige uma pergunta clara aos congressistas. Estamos em 2007, ano de Luís Filipe Menezes como presidente do PSD, e os social-democratas reúnem-se em Torres Vedras, no XXX Congresso Nacional do Partido. Já naquele ano, Pedro Passos Coelho aproveita o palco do Congresso para lançar a discussão sobre as prioridades do Partido. Queremos governar Portugal, mas para quê?

O ano seguinte traz a demissão de Menezes e Passos Coelho apresenta-se à liderança do Partido pela primeira vez. O lema da sua candidatura, “O Futuro é Agora”, não podia ser mais claro nas suas intenções. Candidatam-se Manuela Ferreira Leite, Pedro Santana Lopes e, claro, Pedro Passos Coelho. O atual Presidente do PSD alcançou nesta primeira candidatura 31,06%.

O XXXI Congresso Nacional decorre em Guimarães, em junho de 2008. Manuela Ferreira Leite prepara-se para enfrentar o PS de José Sócrates nas legislativas do ano seguinte.

Pedro Passos Coelho volta a candidatar-se à liderança do Partido em 2010. É em clima de campanha interna que o PSD faz o seu XXXII Congresso Nacional. Reunidos em Mafra, em 12 e 13 de março de 2010, os social-democratas ouvem os candidatos a líder do Partido e sucessor de Ferreira Leite. Castanheira Barros, José Pedro Aguiar Branco, Paulo Rangel e Pedro Passos Coelho estão na corrida.

O seu discurso no XXX Congresso Nacional, em Torres Vedras, havia de projetar Passos Coelho como a alternativa mais forte para que o PSD retomasse o poder.

Santana Lopes, que havia sugerido a realização do Congresso de Mafra, faz uma intervenção sem declarar apoio a qualquer dos candidatos e saudando a grande participação que o congresso alcança. Como Marcelo Rebelo de Sousa e Marques Mendes, apela à união.

Pedro Passos Coelho viria a vencer as eleições diretas de 26 de março de 2010, com o lema “Portugal Primeiro” e uma expressiva votação: 61,20% dos votos, num total de 78 094 eleitores.

Poucas semanas depois, realiza-se o congresso que vai consolidar a liderança do novo Presidente. Em Carcavelos, o XXXIII Congresso Nacional, entre 9 e 11 de abril, apela à união dos portugueses para se iniciar um exigente processo de mudança. A renovação do ciclo político nacional era iminente.

Na sua moção de estratégia global, “Portugal Primeiro”, Pedro Passos Coelho avança com o apoio a Cavaco Silva nas presidenciais do ano seguinte e com a elevação da prática política feita no País, como elemento essencial de uma reforma do Estado capaz de reduzir o seu peso na economia, com ganhos de competitividade e produtividade indispensáveis a um crescimento económico saudável.



“UM PARTIDO DE CAUSAS”

Dois anos depois, o quadro em que o PSD volta a reunir o Congresso Nacional alterou-se drasticamente. À queda do Executivo socialista com o pedido de resgate para evitar a bancarrota segue-se a eleição expressiva do novo governo, em coligação entre PSD e CDS-PP. Os social-democratas têm menos de um ano como governo quando se encontram em Lisboa, no Pavilhão Atlântico, para o XXXIV Congresso. “Um partido de causas” é a palavra de ordem. A mobilização do País, a começar na coesão do Partido, é a missão.

A situação de emergência financeira e social está patente na proposta de estratégia que Pedro Passos Coelho leva aos delegados. Mas o texto não deixa de focar os problemas estruturais que acrescentam dimensão às dificuldades sentidas em 2012 – “produtividade baixa, taxa de abandono escolar sem paralelo na UE, elevada dependência energética e intensidade energética, grave dependência alimentar do exterior, baixo nível de investimento privado em investigação e desenvolvimento, competências reduzidas dos nossos jovens nas áreas da leitura, matemática e ciências, níveis intoleráveis de desigualdade social, de imobilidade social e de pobreza”. Seria, assim, necessária uma alteração profunda do modelo de desenvolvimento, das práticas e das instituições. Clara no seu ponto de partida, a proposta de estratégia tem como título uma missão: “Governar para a mudança e abrir o horizonte do futuro”.

O Partido Social Democrata sai da reunião magna mobilizado em torno do objetivo repetido pelo então primeiro-ministro – cumprir as metas – e pela determinação do seu líder. É um partido “mais unido mas sem unanimismos”, como diz Pedro Passos Coelho no momento do encerramento.

40 ANOS DE DEMOCRACIA, 40 ANOS DE PSD

“Primeiro o País, depois o Partido e por fim a circunstância pessoal de cada um de nós.” A máxima do fundador do PSD, Francisco Sá Carneiro, é invocada como pilar do XXXV Congresso Nacional do PSD. Entre 21 e 23 de fevereiro de 2014, o Coliseu dos Recreios volta a ser palco da reunião nacional dos social-democratas. Mas este é um congresso especial, que se faz em clima de celebração. “40 anos de Democracia, 40 anos de PSD” é o lema. O PSD lança as comemorações do 40.º aniversário do 25 de abril, que coincidiu com a sua criação formal, em 6 de Maio de 1974. Mas a fundação ideológica do Partido tem as suas raízes na designada Ala Liberal, que, ainda antes da Revolução, se bateu na Assembleia Nacional pelos valores da liberdade, da igualdade e da justiça. Valores que viriam a vigorar nas linhas programáticas do PSD e na sua matriz social-democrata. O momento histórico serve para recordar os contributos fundamentais do PSD para a construção da democracia e da sociedade portuguesas, ao longo de quatro décadas. O congresso é, por isso, um momento especial onde participam antigos líderes do Partido, como Luís Filipe Menezes, Luís Marques Mendes, Marcelo Rebelo de Sousa e Pedro Santana Lopes. (Estarão também presentes no 40º aniversário do Partido, a 6 de maio, na Alfândega do Porto, uma cerimónia que conta ainda com a presença de Fernando Nogueira, Francisco Pinto Balsemão e Manuela Ferreira Leite.) O atual Presidente da República tem um dos momentos de maior destaque da noite, voltando a falar no Coliseu de Lisboa, num encontro partidário, 17 anos depois. A sua presença é fundamental para recordar o nascimento do PSD (e os tempos em que tinha de fugir pelos telhados aos boicotes dos comunistas, para evitar as sessões de esclarecimento do Partido) e reforçar a disponibilidade do PSD para estabelecer consensos. Um fato que o Partido Socialista, com um ou com o outro líder, não viria a aceitar.

Paulo Rangel marca outro dos momentos altos do encontro, ele que é anunciado como cabeça-de-lista às eleições europeias.

Mas o congresso decorre com as legislativas de 2015 no ar e o espírito de uma vitória em mente. As intervenções colocam em evidência aquilo que a sociedade pensa – existe uma diferença real entre a liderança de quem levou Portugal à pré-bancarota e quem retirou o País da emergência social e financeira, que se sustenta numa antecipada retoma da economia. A crise dá lugar ao crescimento – ideia repetida pelos vários ministros que usam da palavra.

Com o fim do programa de assistência financeira e a saída sem programa cautelar a acontecerem pouco depois do XXXV Congresso, a contraposição ganha força ali mesmo e é lançada a intenção de disputar as legislativas para vencer o PS de António José Seguro. Nuno Morais Sarmento agradece a Pedro Passos Coelho por ter liderado o caminho do País que recebeu em iminente falência.

Por sua vez, o Presidente do PSD concentra as suas intervenções no pós-troika, orientado pela premissa “Portugal Acima de Tudo!”. Pedro Passos Coelho reitera a necessidade de solucionar os problemas estruturais do País, não deixando de refletir sobre o muito que havia sido alcançado em matéria de reformas na legislatura do governo que conduzia.

Internamente, a sua liderança é firme, depois de recolher 88,89% dos votos nas eleições diretas de 25 de janeiro de 2014. O conclave revela a mobilização interna dos social-democratas e regista uma forte participação. São apresentadas 26 propostas temáticas.

Luís Montenegro recorda medidas marcadamente social-democratas tomadas pelo Governo PSD/CDS-PP. “Alguém fala em neoliberalismo quando baixamos os preços dos medicamentos baixando as margens das farmacêuticas? Alguém ignora a sobretaxa que as empresas com lucros acima de um milhão de euros têm uma sobretaxa de 3% de IRC?”, questionou o líder parlamentar do PSD.



“COMPROMISSO REFORMISTA”

A perspetiva de vitória lançada no Coliseu de Lisboa vem a concretizar-se, no dia 4 de Outubro de 2015. A coligação PSD/CDS-PP vence as eleições. E Passos Coelho volta a ser primeiro-ministro.

No entanto, a tomada de posse decorre com a ameaça de chumbo prometido pela esquerda radical, unida em torno de um projeto pessoal e partidário de ascensão ao poder.

Pedro Passos Coelho recandidata-se a mais um mandato para a liderança do PSD e, assim, também a primeiro-ministro de Portugal. Em 5 de março vê renovada a confiança do Partido na sua liderança. A necessidade de mudar estruturalmente os modelos económico e social do País – sempre presentes no seu pensamento – ganham agora uma outra dimensão.

Agora na Oposição, o PSD é o maior partido português e aquele que melhores condições reúne para liderar este projeto responsável e reformista, contra o radicalismo.

“Compromisso Reformista” é o pacto que o líder social-democrata assume no 36.º Congresso perante os militantes e todos os portugueses. Um compromisso de que fazem parte pilares como o combate fundamental às desigualdades sociais; a captação de investimento externo para dinamizar a economia como modelo sustentável, e em contraponto com o foco central no consumo interno; a coesão territorial, social e geracional, com um olhar atento sobre a natalidade; o crescimento verde como parte de um futuro sustentável; a reaproximação dos eleitores dos seus representantes; a participação ativa na construção de uma Europa mais forte e mais unida. Um compromisso que tem de ser concretizado em dois novos ciclos de governação social-democrata, para fazer de Portugal uma nação mais competitiva. Para fazer de Portugal um país mais forte.





OPINIÃO

José Matos Rosa

Secretário-geral do Partido Social Democrata

ARREGAÇAR AS MANGAS, OLHAR EM FRENTE

Há um antes e um depois de 2011. Antes, Portugal tinha um governo que prosseguia um modelo económico assente num princípio despesista de acumulação de dívida para simular crescimento, que nos deixou à beira da bancarrota. Depois de 2011, Portugal teve um governo que cumpriu um programa austero e reformista, com o objetivo de retirar o País da posição vulnerável que nos tinha feito pedir ajuda externa, enquanto respondia à emergência social e financeira.

Há um antes e um depois de outubro de 2015. Antes de outubro 2015, e já nesse ano, os portugueses começaram a sentir definitivamente os sinais da recuperação económica: o desemprego seguia uma trajetória de redução sustentada; as famílias já estavam a recuperar rendimentos; as empresas tornaram-se mais competitivas no mercado externo. Em outubro de 2015, os portugueses renovaram o seu voto de confiança no governo que liderou este caminho de retoma económica, financeira e social. Depois de outubro de 2015, o Partido Socialista tomou o poder, com o apoio das esquerdas radicais, subvertendo a escolha dos portugueses.

Há um antes e um depois de 26 de novembro de 2015. Antes dessa data, Portugal merecia o respeito e a confiança da comunidade internacional, certa que estava na continuação do caminho que até então dava bons resultados. Depois desse dia, em que António Costa tomou posse como primeiro-ministro, nada se viu da estabilidade política que o PS prometeu ao anterior Presidente da República. Em contrário, vimos desmoronar como um castelo de cartas a credibilidade que tanto nos custou a recuperar durante o ajustamento.

Para Portugal, há um antes e um depois de março de 2016. Antes, o ministério das Finanças multiplicava-se em promessas, aqui e lá fora, tentando dar como bom um Orçamento do Estado em que ninguém acredita. Para Portugal, há um depois de março de 2016, com um Orçamento que não é expansionista mas restritivo; um Orçamento que não retira

austeridade mas apenas a redistribui, penalizando mais as famílias e as empresas; e sobretudo um Orçamento que não dá qualquer perspectiva de futuro ao País.

Para o PSD, há um antes e um depois de 4 de abril de 2016. Antes, fizemos um caminho de preparação interna, de que destaco um momento muito expressivo – a reeleição do nosso Presidente, Pedro Passos Coelho. Depois deste dia, acredito que o nosso Partido estará preparado como nunca para os combates políticos que aí vêm. Não apenas porque temos a força do voto popular conosco, mas porque os militantes social-democratas estarão com o Partido, acreditando no projeto político pelo qual lutaremos.

Trata-se de um projeto político reformista, que assegura que Portugal não só não volta a cair quando as crises se abaterem sobre nós, como pode tornar-se um dos países mais competitivos entre os seus pares. É um projeto político que quer construir um País mais forte para o futuro e que, para o alcançar, faz hoje as reformas que pesam há muito sobre nós e nos arrastam sucessivamente para a chamada cauda da Europa. É um projeto político corajoso e necessário, se queremos andar em frente de uma vez por todas.

Sabemos que a maioria parlamentar gosta de alimentar o discurso do “antes”, porque essa é a sua forma de evitar que se discute o presente. Fala do anterior governo e acusa o PSD de se lamentar em nostalgias do passado, saudoso do poder. Foi assim no debate do Orçamento do Estado, é assim na discussão do programa de reformas e é assim sempre que o Governo e os que o apoiam são confrontados com as suas decisões erradas e prejudiciais para o País.

Nada podia estar mais longe da realidade. Ao PSD interessa falar do futuro. A experiência do passado serve-nos somente de consciência de futuro, para que o País não veja repetidos os mesmos erros, como nação, como sociedade, como economia. Do passado trazemos apenas as lições, nunca os modelos que já se provaram manifestamente falhados.

Há um antes e um depois do 36º Congresso Nacional. E o depois depende de cada um nós. Saibamos explicar a todos os que nos rodeiam o que está em causa. Porque transformar Portugal hoje, é garantir que os nossos filhos e netos têm um futuro melhor amanhã. Existem desafios substanciais com os quais temos de lidar e o PSD tem uma estratégia para o fazer. Não cruzamos os braços. Arregaçamos as mangas. Estamos a construir uma alternativa de governo forte. Mais do que isso: estamos a construir uma alternativa de futuro forte! Porque Portugal precisa do PSD. Portugal precisa de todos nós.



Pinto Moreira

Presidente da Câmara Municipal de Espinho e militante do PSD

AO CONGRESSO DO PSD EM ESPINHO

É a primeira vez, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Espinho, que recebo um grande congresso partidário. É com entusiasmo e satisfação que acolho este importante evento para a cidade e para Aveiro.

A importância do distrito no mapa político nacional, com raízes na enorme capacidade de criação de riqueza para o país, na forte implantação e dinamismo dos autarcas sociais-democratas tem levado a sucessivas e importantes vitórias nos últimos atos eleitorais. Vitórias para as quais muito tem contribuído o trabalho do líder parlamentar, Luís Montenegro, cabeça de lista por Aveiro nas últimas legislativas.

Como militante, vejo este 36º Congresso como uma grande oportunidade de reflexão sobre o posicionamento atual e futuro do PSD.

O PSD deve orgulhar-se pelo que fez, apresentar os resultados da sua governação aos militantes e continuar a falar verdade aos portugueses.

O nosso líder, Pedro Passos Coelho, colocou sempre Portugal primeiro na senda dos princípios programáticos do nosso fundador, Francisco Sá Carneiro.

Neste Congresso Nacional, o PSD deve reafirmar-se como partido plural e reformista, aberto à inovação, apologista do investimento nas PME, geradoras de riqueza e emprego de que Aveiro é um excelente exemplo.

A minha expectativa é que este Congresso possa produzir uma mensagem atrativa para a juventude, uma mensagem mobilizadora para as próximas eleições autárquicas e uma alternativa competente para governar Portugal quando os portugueses nos voltarem a chamar.

De Espinho, o PSD sairá mais forte e coeso na preparação do caminho que terá de fazer para colocar de novo Portugal na senda do desenvolvimento e da credibilidade externa.



OPINIÃO

Luís Montenegro

Presidente da Direção do Grupo Parlamentar do PSD

ESPINHO NA ROTA DAS VITÓRIAS

A realização do nosso XXXVI Congresso Nacional na cidade de Espinho é, como todos compreendem, motivo de particular honra e gratidão.

Honra, porque será o maior evento político alguma vez realizado na minha terra e na minha secção de base.

Gratidão, porque a decisão da CPN, especialmente apoiada pelo Presidente, Pedro Passos Coelho, e pelo Secretário-Geral, Matos Rosa, permite dar público reconhecimento a centenas de militantes que ao longo de anos combateram com as nossas cores, neste território partidariamente muito plural e com significativa implantação socialista e comunista, erguendo bem alto os valores da social-democracia.

Fazemo-lo precisamente no momento em que vencemos as duas últimas eleições legislativas no país, em 2011

e 2015, bem como as duas últimas eleições autárquicas em Espinho, em 2009 e 2013.

E fazemo-lo, outrossim, numa altura em que me coube a honra de liderar a nossa lista de candidatos no círculo de Aveiro e o privilégio de coordenar a nossa bancada na AR.

Estas notas pessoais que partilho com natural emoção com todos vós, não podem, contudo, deixar de ser acompanhadas por três observações políticas.

A primeira de agradecimento ao nosso Presidente Pedro Passos Coelho, pela inteligência, pela tenacidade e pelo serviço que prestou e continua a prestar a Portugal, na liderança do nosso partido. Primeiro na oposição construtiva em 2010 e 2011, depois na liderança do Governo e agora novamente na oposição combativa e patriótica que desenvolvemos no quadro político invulgar que vivemos.

A segunda de esperança no futuro e na preparação do PSD para reassumir os destinos da governação de Portugal. O Governo socialista, bloquista e comunista, que resultou da fraude política que adulterou a vontade popular expressa nas últimas eleições, é um mau governo. É inspirado num revanchismo retrógrado, populista e demagógico, que está a trazer ao país a intranquilidade, a incerteza e a irresponsabilidade que caracterizaram o tempo político, de má memória, dos últimos governos socialistas.

Quando Portugal tinha precisamente iniciado a recuperação da economia, do emprego e do rendimento das famílias, eis que a geringonça que junta o PS à esquerda radical se apressa a desbaratar o esforço e o sacrifício dos

portugueses, expondo o país ao risco e à imprevisibilidade.

Essa circunstância exige do PSD um apurado sentido de responsabilidade e, sobretudo, a capacidade de nos unirmos e fortalecermos em torno dum renovado projecto político de desenvolvimento e justiça social.

E essa é a terceira nota que vos deixo. Portugal precisa, uma vez mais, que o PSD aprofunde as suas propostas, fiel aos nossos princípios e valores identitários, para que possamos oferecer uma alternativa forte que mobilize a capacidade empreendedora dos nossos cidadãos, das nossas empresas e das nossas instituições.

A pensar na vida de cada português, na eliminação das desigualdades e edificação duma sociedade solidária e duma economia competitiva e progressista.

Espinho, estou certo, entrará na Rota das Vitórias do PSD.

A começar pelas eleições Regionais nos Açores, este ano.

Passando pelas eleições autárquicas, no próximo ano.

E culminando numa vitória eleitoral robusta nas eleições legislativas, que ocorrerão ainda não sabemos quando.

Desejo, por isso, uma discussão profícua, um momento de afirmação marcante do nosso projecto de intervenção política e uma jornada de mobilização “à PSD”. Com a ambição, a elevação e a criatividade que fizeram de nós o mais reformista dos partidos portugueses.

O maior e o mais português dos partidos em Portugal.